



IDEOLOGIAS MODERNAS E SOCIEDADE BURGUESA COMO AS BASES COGNITIVAS DAS ORGANIZAÇÕES ATUAIS

MODERN IDEOLOGIES AND BOURGEOIS SOCIETY AS A COGNITIVE BASES OF CURRENT ORGANIZATIONS

Alexandre Béhar*

Instituto Federal de Pernambuco – IFPE

 <https://orcid.org/0000-0002-8354-7866>

alexhbehar@gmail.com

Marcos Feitosa**

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

 <https://orcid.org/0000-0001-5692-9677>

marcosggfeitosa@gmail.com

RESUMO: Neste ensaio teórico propomos uma reflexão sobre ideologias modernas fundamentais para a constituição das bases cognitivas das organizações contemporâneas. Partindo do pressuposto de lacunas relacionadas às bases históricas destas e da influência ideológica para manipulação de indivíduos e grupos, abordamos elementos sociais, econômicos (e produtivos) e políticos do ideal clássico liberal, da Revolução Industrial e da Revolução Francesa. Esperamos, assim, contribuir para questionamento de formas de controle e poder, a partir de discursos e ideologias.

PALAVRAS-CHAVE: Pesquisa histórica; ideologias modernas; organizações; estudos organizacionais.

ABSTRACT: In this theoretical essay, we propose a reflection on fundamental modern ideologies for the constitution of the cognitive bases of contemporary organizations. Based on the assumption of gaps related to their historical bases and ideological influence for the manipulation of individuals and groups, we address social, economic (and productive) and political elements of the classical liberal ideal, the Industrial Revolution and the French Revolution. We hope, therefore, to contribute to the questioning of forms of control and power, based on discourses and ideologies.

KEYWORDS: Historical research; modern ideologies; organizations; organizational studies.

* Doutorado em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente do Instituto Federal de Pernambuco/ Campus Paulista.

** Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, lotado no Departamento de Ciências Administrativas (DCA) e no Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD).

INTRODUÇÃO

Guardando aproximações com a proposta de Vizeu (2010a), este ensaio teórico possui como objetivo destacar ideologias Modernas associadas à consolidação da sociedade burguesa, entre os séculos XVIII e XIX, que influenciariam a cognição das organizações contemporâneas. Nominalmente, desejamos destacar elementos da ideologia liberal dos economistas clássicos, das transformações econômicas e produtivas associadas à Revolução Industrial e das consequências políticas e sociais associados à Revolução Francesa (Bacic, 2011; Dobb, 2012; Hobsbawm, 2014b; 2014c). Estes eventos históricos se apresentam fundantes para constituição do que entendemos atualmente por organizações (Chandler, 1963; 1999; Perrow, 2002).

Entendemos que a necessidade de tal discussão se dá também em virtude de lacunas ainda presentes nos Estudos Organizacionais ligados à pesquisa histórica e epistemologias subjetivistas, no que se refere a tais bases. A isso, observamos que representativa literatura apresenta o surgimento das organizações contemporâneas como um fenômeno espontâneo, atemporal e distanciado de contextos sociais e históricos (Vizeu, 2010a; 2010b; Costa; Barros; Martins, 2010; Moura, 2014). Ao contrário, enquanto criação humana, seu desenvolvimento é vinculado ao modo de produção capitalista e se associa a transformações sócio-históricas mais amplas (Vizeu, 2010a; Dobb, 2012; Moura, 2014).

Neste sentido, vinculamo-nos às críticas ao caráter a-histórico e descontextualizado das elaborações em Administração. Estas se relacionam à naturalização determinística de pensamentos e práticas organizacionais socialmente localizadas e historicamente datadas (Üsdiken; Kieser, 2004; Vizeu, 2010b; Costa; Barros; Martins, 2010; Moura, 2014; Costa; Wanderely, 2021), utilizada. Tal distanciamento do contexto sócio-histórico também se refletiria no caráter ideológico de suas teorizações, voltadas para o controle individual (Tragtenberg, 1992; 2005; Seifert; Vizeu, 2010; Béhar, 2019; Béhar; Feitosa, 2020).

Sob tal aspecto, observamos que a noção de ideologia que sustenta este trabalho se aproxima à proposta compartilhada por Van Dijk (2006; 2015), pautada pôr em sistema de crenças e representações sociais, necessárias para o convívio coletivo. Desta forma, as ideologias orientam formas de pensar e de conduta, estabelecendo, por exemplo, noções de verdadeiro ou falso. Assim, apoiadas também pelo contexto social e pelo discurso, as ideologias possibilitam aproximação entre modelos mentais individuais,

proporcionando agrupamento a partir de vínculos nas impressões sobre a realidade. Esta aproximação se caracteriza pelo eixo cognitivo de sua tríade, que tanto proporciona identificação para constituição de grupos, quanto cria diferenciação entre grupos, ocasionando disputas pelo poder e resistência.

Uma ressalva se faz necessária aos argumentos apresentados: não pretendemos, neste artigo, apresentar uma condição totalizante e inevitável da cognição das organizações. Ao contrário, considerando os aspectos únicos de uma organização, marcadamente representado pelos elementos de sua cultura organizacional (Alcadipani; Crubellate, 2003; Jéssica; Maranhão; Pereira, 2016), nossa proposta é refletir sobre elementos sociais (e, portanto, mais gerais e amplos) que podem influenciar em algum nível a cognição organizacional, assim como os elementos da sua cultura.

A partir de tais considerações, nas próximas seções serão apresentadas as bases teóricas e históricas que orientam este artigo. Inicialmente, abordaremos a noção de ideologia e cognição que orienta este trabalho. Na sequência, são apresentados os três contextos históricos que influenciam a constituição da Sociedade Organizacional, apresentada na sequência. Ao final, são apresentadas as considerações finais deste estudo.

CONCEPÇÃO DE IDEOLOGIA E DE COGNIÇÃO

A vida organizada em sociedade exige dos seres humanos o compartilhamento de crenças e valores, apoiada em concepções de mundo. Estas concepções, chamadas por Van Dijk (2006, p.21, grifo do autor) de ideologias “podem ser definidas sucintamente como a *base das representações sociais compartilhadas pelos membros de um grupo*”. Em outras palavras, as ideologias possibilitam aos indivíduos o estabelecimento de vínculos para convívio social, por meio do compartilhamento de crenças e orientações de conduta. Neste aspecto, “as ideologias também podem influenciar no que se aceita como verdadeiro ou falso, especialmente quando estas crenças são consideradas importantes para o grupo” (Van Dijk, 2006, p.21).

Distanciando-se da perspectiva mais difundida sobre ideologia, Van Dijk (2006) ressalta a possibilidade da presença de ideologias em diversos campos da sociedade, uma vez que propõe também uma perspectiva positiva quanto ao conceito. Quanto a esta, Van Dijk (2006, p.24) destaca que “há boas razões teóricas e empíricas para supor que também existem ideologias de oposição e resistência”. Desta forma, estas “ideologias

servem para capacitar grupos dominados positivamente, construindo a solidariedade, organizando a luta e sustentar a oposição” (Van Dijk, 2006, p.178).

Enquanto representação social desenvolvida de forma relacional, uma ideologia estaria associada a tríade cognição, sociedade e discurso (Van Dijk, 2006; 2015). Assim, Van Dijk (2015) observa que as ideologias decorrem de cognições sociais compartilhadas a partir de interesses coletivos na orientação de práticas coletivas e individuais (eixo cognição). A isto, a composição de uma ideologia também se relaciona a um contexto social, que delimita tais representações (eixo sociedade), e a um processo comunicativo que dissemina e reforça representações (eixo discurso).

Por cognição social Van Dijk (2006) se refere à combinação entre representações mentais socialmente compartilhadas e modelos mentais individuais. Por tais representações o autor se refere ao compartilhamento social de crenças que proporcionam o estabelecimento do sentimento de grupos ou coletividades específicas. Assim, enquanto fenômeno coletivo, as ideologias representam e orientam “nossa identidade, ações, objetivos, normas e valores, recursos e interesses sociais” (Van Dijk, 2015, p.54)

Diferentemente da noção de falsa consciência, Van Dijk (2006; 2015) relaciona tais representações ao caráter individualizado dos modelos mentais. Estes modelos são constituídos a partir da subjetivação das experiências vivenciadas pelos indivíduos e orientam seu entendimento e interpretação sobre a realidade. Sobre este aspecto, as ideologias se constituiriam pelas identificações entre modelos mentais, viabilizando o desenvolvimento de um quadro mais amplo de representações sociais (Van Dijk, 2006; 2015). Dito de outra forma, o aspecto cognitivo de uma ideologia se constituiria na relação entre “estrutura social e agência individual” (Van Dijk, 2015, p.55).

Contudo, uma vez que o aspecto cognitivo da ideologia estabelece identidade a coletividades e, conseqüentemente, indivíduos, é preciso também estabelecer o que não pertence ou não se adequa à cadeia de crenças associadas à determinada ideologia. É neste sentido que as ideologias também orientam a atuação de um grupo frente a outros grupos, seja para competir, para dominar, para resistir ou apenas na interação entre seus membros. Assim, o autor entende que as ideologias possuem potencial para polarização, na clássica separação entre “Nós” e “Eles” (Van Dijk, 2006; 2015).

Uma vez que as ideologias são necessariamente relacionais, a expressão do aspecto cognitivo de uma ideologia se dá por meio de discursos. Estes se apresentam como meio para “aprendizagem” coletiva, possibilitando sua disseminação e reforço por

meio da fala ou de textos (Van Dijk, 2006; 2015). A isto o autor relaciona o papel dos discursos ideológicos, que vem a ser a escolha e forma como se estrutura o discurso. Ou seja, “para funcionar como expressão e reprodução persuasiva das atitudes e ideologias do grupo algumas estruturas do discurso são mais típicas ou eficientes que outras” (Van Dijk, 2015, p.s56).

A tais condições se refere, necessariamente, um contexto social específico. Ou seja, a composição do aspecto cognitivo e discursivo de uma ideologia decorre das estruturas sociais a que se inserem. É neste sentido que, analisar uma ideologia é também analisar o contexto sócio-histórico que a ela se relacionam (Van Dijk, 2006; 2015), assim como de sua “situação comunicativa” (Van Dijk, 2015, p.s57).

A partir do exposto, nas próximas seções daremos ênfase na contextualização e no compartilhamento do que se pode entender por cognição compartilhada por determinados grupos, na consolidação da sociedade burguesa. Uma vez que se trata de um ensaio teórico, não propomos aqui uma análise discursiva, mas nos apoiamos na análise realizada pelos autores referenciados para apresentação de elementos que possibilitem uma composição sobre o contexto e aspectos da cognição, compartilhados no período em questão. Ainda que tais recortes não sejam únicos e absolutos em seu tempo, destacamos sua relevância para transformações e influências perceptíveis até os dias de hoje, na humanidade. No mesmo caminho, seus impactos reverberaram no desenvolvimento do que atualmente entendemos por organizações e se mantém até o momento atual.

IDEOLOGIA LIBERAL E UM AMBIENTE EM TRANSFORMAÇÃO

O século XVIII marca a ocorrência de eventos históricos que transformaram toda a humanidade. Influenciados pelo “iluminismo”, a convicção no progresso do conhecimento humano, na racionalidade, na riqueza e no controle sobre a natureza [...] derivou sua força primordialmente do evidente progresso da produção, do comércio e da racionalidade econômica e científica [...] (Hobsbawm, 2014c, p.47).

Associados a avanços técnicos e produtivos, além de transformações sociais, tais eventos se relacionam a ascensão de um novo modelo econômico, assim como dos ideais democráticos, nascentes na sociedade europeia. Ambas se relacionam ao aumento de poder econômico e político da burguesia (Dobb, 2012; Hobsbawm, 2014b; 2014c).

Estas transformações se apresentavam em oposição ao que era percebido como atraso e opressão, vivenciados por esta mesma sociedade ao longo da Idade Média. Era urgente libertar os indivíduos “do tradicionalismo ignorante da Idade Média [...], da superstição dos Igrejas [...], da irracionalidade que dividia os homens em uma hierarquia de patentes mais baixas e mais altas de acordo com o nascimento ou algum outro critério relevante” (Hobsbawm, 2014a, p.48). Desta forma, é possível identificar que a constituição de tal modelo de sociedade apoiava-se fortemente sobre os pilares da racionalidade, liberdade individual e justiça para obtenção de progresso (Wallerstein, 1974; Weber, 2006; Hobsbawm, 2014b; 2014c).

Contudo, os impactos destas mudanças vão além de um conjunto de crenças ou representações sociais. À título de exemplo, Hobsbawm (2014a, p.19) destaca a criação de palavras que dão sentido ao mundo atual,

como “indústria”, “industrial”, “fábrica”, “classe média”, “classe trabalhadora”, “capitalismo” e “socialismo”. Ou ainda “aristocracia” e “ferrovia”, “liberal” e “conservador” como termos políticos, “nacionalidade”, “cientista” e “engenheiro”, “proletariado” e “crise” (econômica). “Utilitário” e “estatística”, “sociologia” e vários outros nomes das ciências modernas, “jornalismo” e “ideologia”, todas elas cunhagens ou adaptações deste período.

Na perspectiva econômica, Hunt e Sherman (2010, p.77) também destacam que “no período mercantilista a ética paternalista cristã, em sua versão medieval, deu origem a um sistema de restrições amplamente difundido, que regulamentava minuciosamente a conduta dos capitalistas”. Assim, economistas associados à Escola Clássica da Economia defendem novas proposições sobre o comportamento humano (Bacic, 2011).

A livre competição no mercado era apresentada como real meio para atingir desenvolvimento econômico, primeiramente, e social, por consequência (Hunt, 1981; Hunt; Sherman, 2010; Bacic, 2011). Desta forma, destaca-se que “para a Escola Clássica ou Liberal, o progresso econômico e social resulta exclusivamente da iniciativa individual; e, sendo a vida econômica um processo natural sobre o qual não se deve influir, deve ela seguir suas leis próprias” (Gastaldi, 2005, p.51), ainda que estejam previstas situações em que a imposição de restrições se faria necessária (Smith, 1976).

Os autores clássicos se debruçam sobre o que eles entendiam “por leis naturais que dominam a vida econômica” (Gastaldi, 2005, p.50) e consideravam “a concorrência como uma força ordenadora da sociedade que, ao operar em um ambiente de liberdade econômica, levaria indivíduos, naturalmente egoístas, servir ao bem-estar geral da sociedade” (Bacic, 2011, 24/25).

Assim, é apresentado que “a empresa competitiva é aquela que tem capacidade de concorrer, e esta capacidade decorre de um conjunto de habilidades e condições por ela desenvolvidas ou oferecidas pelo ambiente, e requeridas para o exercício da concorrência” (Carpintéro, 2000, p.6). O entendimento é de que este comportamento concorrencial decorra da possibilidade de auferir lucros econômicos (Riddell; Schackelford; Stamos, 2008) ou de gerar maior acumulação (Bacic, 2011). A este respeito, “o sistema exigia que ele acumulasse e ficasse mais poderoso, a fim de vencer seus concorrentes; caso contrário, estes o imprensariam contra a parede e tomariam seu capital” (Hunt, 1981, p.241) estabelecendo que o “enfretamento de empresas como missões iguais (ou semelhantes) e é a base da dinâmica capitalista” (Bacic, 2011, p.20). Tais valores foram impulsionados a partir da Revolução Industrial, que será abordada na próxima seção.

CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS E PRODUTIVAS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Conforme observa Dobb (2012, p.278), “uma revolução econômica resulta de todo um conjunto de forças históricas, dispostas em certa combinação, não sendo produto simples de uma delas apenas”. Tal visão se associa à ideia de que “a revolução industrial não foi um episódio com um princípio e um fim” (Hobsbawm, 2014a, p.60). É neste sentido, que tal ocorrência histórica se relaciona a longas transformações econômicas e sociais ocorridas desde o período final da Idade Média até o fim do século XVIII (Wallerstein, 1974).

A isto, Wallerstein (1974, p.17, grifo do autor) observa que “ocorre a *transformação* de um modo de produção redistributivo ou tributário particular, o da Europa feudal (o ‘*Ancien Régime* econômico’ de Braudel), num sistema social qualitativamente diferente”. A partir desta transformação, o modelo econômico europeu se expande de forma paulatina para o restante do planeta, num “modelo cíclico de expansão e contração [...] com alternância na localização geográfica dos papéis econômicos (a ascensão e queda das hegemonias, os movimentos ascendentes e descendentes dos distintos centros, periferias e semiperiferias” (Wallerstein, 1974, p.17). A isto se relacionam, por exemplo, processos de avanço técnico e produtivo e a proletarianização do trabalho, suportados por um sistema político que se mantém atualmente (Wallerstein, 1974; Weber, 2009).

A tais transformações e sua relação com a Revolução Industrial, Dobb (2012, p.260) destaca que “a essência da transformação estava na mudança do caráter da produção que, em geral, se associava à utilização de máquinas movidas por energia não humana e não animal”. É tal o nível de mudança ocasionado que “nenhuma sociedade anterior tinha sido capaz de transpor o teto que uma estrutura social pré-industrial, uma tecnologia e uma ciência deficientes, e conseqüentemente o colapso, a fome e a morte periódicas impunham à produção” (Hobsbawm, 2014a, p.59). Ainda que não tenha sido uma invenção europeia, tais modificações impactaram toda a humanidade.

A ocorrência de modelos industriais é identificada muito antes do século XVIII, em países como Índia e China (Braudel, 1996a; Weber, 2006; 2009). Contudo, Braudel (1996a) observa que, em sua maioria, se referem a organizações com baixa complexidade e capacidade produtiva, de característica familiar, com envolvimento de poucas pessoas. Mesmo na China e Índia, onde já havia destaque para “fábrica aglomerada” (Braudel, 1996a, p.261), com diversas operações reunidas em um mesmo local, não há participação de máquinas ao longo de seu processo produtivo, em substituição ao trabalho humano ou animal (Braudel, 1996a).

Do ponto de vista da técnica, Weber (2009) destaca três aspectos fundamentais para a hegemonia europeia na produção industrial: duas do ponto de vista produtivo e uma da perspectiva legal-administrativa. Os aspectos mais relacionados à produção em si, referem-se à “organização capitalística racional do trabalho livre (pelo menos formalmente)” (Weber, 2009, p.28), também apoiada sobre a separação entre o local de trabalho e a moradia do trabalhador ou trabalhadora, e ao “desenvolvimento das possibilidades técnicas” (Weber, 2009, p.31).

Quanto à perspectiva produtiva, a Divisão do Trabalho, proposta por Smith (1976), teve sua produtividade catapultada com a incorporação da maquinaria no ambiente. Esta “transformou radicalmente o processo de produção” (Dobb, 2012, p.261), ditando novas formatações e dinâmicas de trabalho para o aumento da produtividade. Assim, com “a extensão da divisão do trabalho a um grau de complexidade jamais testemunhado” (Dobb, 2012, p.261), foi realizada a intensificação dos movimentos e ritmos de trabalho, ampliando o poder das fábricas frente a concorrentes e ocasionando concentração, em virtude do aumento da dependência do trabalho em relação ao capital. Ao capitalista cabia o papel disciplinador para manutenção e incremento das ações produtivas (Dobb, 2012).

Às mudanças nas relações e processos no trabalho também se relacionam o agigantamento das organizações e de suas operações industriais, ao longo do século XIX. A necessidade de lidar com restrições financeiras, decorrente do volume operado, ao mesmo tempo em que se faziam necessários novos incrementos de capitais para expansão do parque fabril, demandou incremento de novos conhecimentos e capacidades profissionais. Ao que nos remete a certos elementos da Administração contemporânea (especialmente na atuação como organizador e planejador), Dobb (2012, p.262) observa que “criara-se um papel para um tipo de capitalista, não mais apenas como usuário ou comerciante em sua loja ou armazém, mas como capitão de indústria, organizador e planejador das operações da unidade de produção”. A tal papel Dobb (2012, p. 262) também relaciona a “corporificação de uma disciplina autoritária”.

As transformações técnicas não se restringiram à economia, mas se alastraram para outras dimensões. Assim, Hobsbawm (2014a, p.,47) destaca que “as ciências [...] se dedicavam à solução de problemas produtivos, e os mais surpreendentes avanços da década de 1780 foram na química, que era por tradição muito intimamente ligada à prática de laboratório e às necessidades da indústria”. Na mesma linha, Dobb (2012, p.272) observa que “embora o estado predominante da indústria restringisse o tipo de descoberta que podia ser feita, as condições da indústria também incitavam e guiavam o pensamento e as mãos dos inventores”.

Weber (2006, p.307) também observa o papel crucial do “Estado racional” na constituição do modo de produção capitalista. Quanto a tal questão, o autor observa este como “único terreno em que o capitalismo moderno pode prosperar. Tal Estado se apoia numa burocracia especializada e num direito racional” (Weber, 2006, p.308). Esta estrutura, apoiada sobre a racionalidade proporcionará a constituição de políticas econômicas, também apoiadas sobre tal característica (Weber, 2006).

Assim, pela perspectiva legal-administrativa, Weber (2009, p.31) refere-se às “estruturas racionais das leis e da administração, pois que o moderno capitalismo racional não necessita apenas dos meios técnicos de produção, mas também de um sistema legal calculável e de uma administração baseada em termos de regras formais”. Estas condições apresentam-se cruciais para compreender o pioneirismo de alguns países europeus na constituição de um novo modelo econômico apoiado na industrialização e que posteriormente se alastra para o restante do planeta.

Mas, tal expansão do modelo não se dá apenas pela inspiração e competição entre nações. Sobre isto, Hobsbawm (2014a, p.69) destaca que “a indústria britânica tinha

estabelecido um monopólio por meio de guerras, revoluções locais e de seu próprio domínio imperial” (Hobsbawm, 2014a, p.69). Assim, fosse pela intenção de enriquecer economicamente como ela, seja pela força das armas, o modelo econômico-produtivo britânico é expandido para grande número de nações e sociedades no mundo.

Contudo, “o que na verdade aboliu as relações agrárias feudais em toda a Europa ocidental e central foi a Revolução Francesa, por ação direta, reação ou exemplo, e a Revolução de 1848” (Hobsbawm, 2014a, p.52). Este evento histórico e seus desdobramentos serão detalhados na próxima seção.

CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS DA REVOLUÇÃO FRANCESA

Hobsbawm (2014a, p.97) entende que “se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa”. Tal afirmação se relaciona fortemente com a mobilização popular relacionada ao evento histórico, não observada em outros eventos de mesma magnitude (Hobsbawm, 2014a).

Associada ao desejo de rompimento com as práticas medievais ainda presentes na França, a Revolução Francesa também representa uma resposta de sua população na direção dos ideais liberais burgueses, já observados na Inglaterra àquele momento. Principal rival econômica da ilha britânica, a França apresentava-se como “a mais poderosa, e sob vários aspectos a mais típica, das velhas e aristocráticas monarquias absolutas da Europa” (Hobsbawm, 2014a, p.101).

Assim, o ambiente demandante de mudanças e uma crise econômica vivenciada pelo Estado francês ao final da década de 1780, levou à intensificação da disputa entre aristocracia e burguesia (em ascensão). Tal condição proporcionou as condições necessárias para início da mobilização revolucionária popular, com impactos para além das fronteiras francesas (Hobsbawm, 2014a).

Criado pela necessidade de defender o país da guerra contra outras monarquias absolutistas europeias, o exército francês teve papel fundamental na disseminação dos ideais revolucionários entre os diversos países da Europa continental (Hobsbawm, 2014a). Neste sentido, tal organização militar também refletia a ideologia liberal da época, especialmente no que se refere à ponderação entre ganhos e perdas, no uso de racional dos recursos e avaliação das campanhas militares. É no confronto do exército prussiano com as forças de Napoleão que o general Clausewitz (2010) escreve seu tratado militar,

que posteriormente veio não somente a influenciar as bases sob as quais foram fundadas a estrutura militar contemporânea, mas também as grandes corporações empresariais (Rapaport, 2010).

As invasões napoleônicas tiveram profundo impacto no rompimento da sociedade feudal para ascensão da sociedade burguesa, na Europa. Neste sentido, Hobsbawm (2014a, p.152) observa que o estabelecimento dos ideais franceses nos países dominados, abolindo em definitivo o feudalismo. A isto, ele observa que “[...] o Código Civil de Napoleão continuou sendo, ou tornou-se novamente, a base do direito local na Bélgica, na Renânia (mesmo depois de sua reintegração à Prússia) e na Itália”.

Entretanto, os impactos decorrentes do desenvolvimento da Revolução Francesa não se limitam ao aspecto militar e político, estendendo-se em disputas entre a burguesia e o restante da plebe. Entre diversos fatores, especialmente os segmentos da alta e média burguesia francesa mudam sua posição frente os ideais revolucionários. Assim, “na maioria das revoluções burguesas subsequentes, os liberais moderados viriam a retroceder, ou transferir-se para a ala conservadora, em um estágio bastante inicial” (Hobsbawm, 2014a, p.111)

Ainda havia grande receio da nobreza e da burguesia dos demais países europeus quanto aos impactos desta revolução, uma vez que as fronteiras se mostraram inúteis para salvaguardar seus regimes. Assim, ainda que as revoltas libertárias das colônias espanholas e portuguesas, na América, ocorridas entre 1820 e 1824, apresentassem-se interessantes do ponto de vista comercial (especialmente para Inglaterra) (Dobb, 2012; Hobsbawm, 2014a), as diversas insurreições ocorridas na Europa entre 1829 e 1834 traziam preocupação à burguesia (Hobsbawm, 2014a).

Associadas à queda dos Bourbon, tal contexto “marca a derrota definitiva dos aristocratas pelo poder burguês na Europa ocidental” (Hobsbawm, 2014a, p.182), que se desloca especialmente para a “grande burguesia” (banqueiros e grandes industriais), até o final do século (Hobsbawm, 2014a). Tais condições conturbadas apresentaram-se como base para maiores mobilizações, identificadas especialmente em 1848.

Contudo, de forma diferente ao primeiro movimento, a burguesia não tinha mais interesse em profundas transformações sociais, uma vez que o antigo regime já havia sido deposto. No cenário em que “o conflito fundamental seria entre burgueses e trabalhadores” (Hobsbawm, 2014a, 207), a burguesia atua no sentido de manter as condições obtidas a partir das revoluções, ainda que por meio da imposição militar. Assim, “depois do esmagamento das revoluções de 1848-1849, os militares apareceram-

lhe sob uma luz mais favorável, particularmente como um baluarte contra a ameaça crescente da revolução” (Rapaport, 2010, p. XXVII). Neste novo contexto, “o capitalismo tinha agora o mundo inteiro a seu dispor” (Hobsbawm, 2014b, p.67). A partir das informações detalhadas, na próxima seção serão apresentadas as considerações finais deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inspirados por Vizeu (2010a), este ensaio teórico objetivou destacar ideologias Modernas que influenciaram a cognição das organizações contemporâneas, associadas à consolidação da sociedade burguesa, entre os séculos XVIII e XIX. Para tanto, apoiamos na concepção de ideologia apresentada por Van Dijk (2006; 2015), definida como um sistema de representações sociais compartilhadas coletivamente entre grupos, proporcionando noções de pertencimento (a um grupo) e de oposição (aos demais grupos). Caracterizada pela disputa pelo poder, tanto são possíveis ações abusos e manipulativas, quanto de resistência e liberdade.

Assim, analisamos aspectos ideológicos de eventos históricos apontados como fundantes para consolidação da sociedade burguesa (Dobb, 2012; Hobsbawm, 2014b; 2014c) e, por efeito, para a constituição do que conhecemos por organizações contemporaneamente (Chandler, 1963; 1999; Perrow, 2002; Hobsbawm, 2014a; 2014b). A este respeito, nos detivemos sobre a concepção econômica clássica liberal, às modificações produtivas e econômicas associadas à Revolução Industrial e as transformações sociais e políticas decorrentes da Revolução Industrial (Bacic, 2011; Dobb, 2012; Hobsbawm, 2014b; 2014c).

Desta forma, os ideais liberais representariam uma ideologia voltada para a ruptura com a sociedade medieval. Como características principais apresentam a centralidade do mercado e do viés econômico, o individualismo, uma nova noção de justiça, a defesa da liberdade e da livre competição (Hunt, 1981; Gastaldi, 2005; Hunt; Shreman, 2010; Bacic, 2011; Dobb, 2012; Hobsbawm, 2014b; 2014c). A disseminação destes ideais e a concentração de poder pela classe burguesa inspiraram a Revolução Industrial e a Revolução Francesa (Hobsbawm, 2014a).

Naquilo que se relaciona à Revolução Industrial, as transformações nas relações de trabalho e no modo de produzir (inclusive com incremento de novas tecnologias) proporcionaram fundamental aumento da capacidade de acumulação. Assim, marcando

oposição ao modelo de sociedade medieval, este evento também se relaciona ao avanço técnico-científico e da consolidação de um novo modelo político-institucional, reforçados pela burguesia. Associado aos avanços produtivos e crescimento econômico, a lógica industrial é apresentada como padrão, sendo disseminado e copiado amplamente. Também sua característica expansionista faz com que tal modelo seja referência e se expanda para todo planeta (Smith, 1976; Braudel, 1996a; Weber, 2009; Dobb, 2012; Hobsbawm, 2014a), transformando definitivamente a noção de organização Moderna (Vizeu, 2010a; Dobb, 2012; Moura, 2014).

Já no que se refere à Revolução Francesa, é destacado rompimento ideológico com as tradições e estamentos da sociedade medieval, influenciando profundamente as demais nações europeias, assim como suas colônias. Inspirada nos ideais de liberdade, racionalidade e utilidade Modernos, ela também representa um direcionamento social na direção dos ideais burgueses. Assim, um exemplo de seu impacto se dá na constituição do Estado Moderno, inclusive no que se refere à utilização do exército como importante apoio na manutenção do poder, por parte da burguesia. Desta forma, assim como para o modelo econômico, a lógica expansionista teve papel preponderante na disseminação dos ideais (e ideologias) da Revolução Francesa frente aos demais povos (Rapaport, 2010; Hobsbawm, 2014a; 2014c).

A partir destas reflexões buscamos atuar contra o que entendemos por lacunas presentes no pensamento sobre as bases históricas e subjetivistas das organizações contemporâneas, além de todas as consequências que tais lacunas podem ocasionar. Nossas críticas se unem a autoras e autores que denunciam o caráter a-histórico e descontextualizados da literatura organizacional (especialmente a associada ao *mainstream*), como é o caso de Vizeu (2010a; 2010b), Costa, Barros e Martins (2010) e Moura (2014), além do uso ideológico de teorias em Administração para exercício de poder e manipulação (Tragtenberg, 1992; 2005; Seifert; Vizeu, 2015; Béhar, 2019; Béhar; Feitosa, 2020).

Contudo, não pretendemos com o referido trabalho encerrar todas estas questões ou mesmo considerar completa a análise a respeito da conexão entre os eventos históricos apresentados e a cognição das organizações Modernas. Como já destacado, tal proposta não possui caráter totalizante, desconsiderando aspectos próprios de cada organização na interação com estes (e outros) elementos. Assim, o que entendemos por uma limitação deste ensaio, também se coloca como oportunidade para realização de novos estudos como, por exemplo, analisar os impactos e relações destes modelos de

cognição sobre diferentes culturas organizacionais, que se apresenta como algo tão próprio, como observam Alcadipani e Crubellate (2003) e Jéssica, Maranhão e Pereira (2016). É nesta perspectiva que desejamos contribuir para que este seja apenas mais um ponto de partida para maiores aprofundamentos, análises, reflexões e constituição de novas reflexões, tanto a respeito do fenômeno organizacional e de suas cognições, mas também quanto a atuações de ideologias.

REFERÊNCIAS

ALCADIPANI, Rafael; CRUBELLATE, João Marcelo. Cultura organizacional: generalizações improváveis e conceituações imprecisas. **RAE**, vol. 43, nº 2, p.64-77, abr/maio/jun. 2003.

BACIC, M. J. **Gestão de custos**: uma abordagem sob o enfoque do processo competitivo e da estratégia empresarial. Curitiba: Juruá Editora, 2011.

BÉHAR, Alexandre H. Meritocracia enquanto ferramenta da ideologia gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica. **Organizações & Sociedade**, - v. 26, n. 89, p. 249-268, abr./jun. 2019.

BÉHAR, Alexandre H.; FEITOSA, Marcos G.G. Competição enquanto representação ideológica no ambiente ferroviário estadunidense: uma historiografia entre 1859 e 1869. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 18, Edição Especial, p. 853-864, nov. 2020.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII - volume 2. Os jogos das trocas. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo**: séculos XV-XVIII - volume 3. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

CARPINTÉRO, José N. C. **Novas técnicas e velhos princípios**: competitividade empresarial e formas de gestão. Tese de Doutorado. Unicamp. 2000.

CHANDLER, Alfred. **Strategy and Structure**: chapters in the history of the industrial enterprise. Cambridge: The M.I.T. Press, 1963.

CHANDLER, Alfred. **The visible hand**: the managerial Revolution in american business. Cambridge, Massachusetts and London: The Belknap Press, 1999.

CLAUSEWITZ, Carl v. **Da Guerra**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

COSTA, Alessandra de S. M.; BARROS, Denise F.; MARTINS, Paulo E. M.; Perspectiva histórica em Administração: novos objetos, novos problemas, novas abordagens. **RAE**, São Paulo, v.50, n 3, p.288-299, jul/set. 2010.

COSTA, Alessandra de S. M.; WANDERLEY, S. E. de P. V. Passado, presente e futuro de História (crítica) das organizações no Brasil. **RAE**, São Paulo, v. 61, n. 1, pp. 1-8, jan-fev. 2021.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GASTALDI, J. P. **Elementos de economia política**. São Paulo: Saraiva, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções, 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

HOBSBAWM, Eric J. **A era dos impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.

HOBSBAWM, Eric J. **A era do capital, 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014c.

HUNT, E. K. **História do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard. J. **História do pensamento econômico**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MACHADO, Filipe C.; MARANHÃO, Carolina M. S. de A.; PEREIRA, Jussara J. O conceito de cultura organizacional em Edgar Shein: uma reflexão à luz dos Estudos Críticos em Administração. **REUNA**, Belo Horizonte, v.21, n.1, p.75-96, jan.-mar. 2016.

MOURA, Guilherme. Hipergeneralizações: organizações são quase qualquer coisa em *best-sellers* de introdução à Administração. **Cadernos EBAPE.BR**. Rio de Janeiro, v.12, nº1, artigo 4, p. 62-85, jan/mar. 2014.

PERROW, Charles. **Organizing America: wealth, power, and the origins of corporate capitalism**. New Jersey: Princeton University Press, 2002.

RAPAPORT, Anatole. Prefácio. In CLAUSEWITZ, C. V. **Da Guerra**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

RIDDELL, T; SCHACKELFORD, J. A.; STAMOS, G. **Economics: a tool for critically understanding society**. Pearson Education: Boston, 2008.

SEIFERT, Rene E.; VIZEU, Fábio. Crescimento organizacional: uma ideologia gerencial? **RAC**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 127-141, jan./fev. 2015.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. Editora Nova Cultural Ltda: São Paulo, 1976.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

TRAGTENBERG, Maurício. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ÜSDIKEN, Behlul.; KIESER, Afred. Introduction: History in Organisation Studies. *Business History*, 46(3), p.321-330, july. 2004. <https://doi.org/10.1080/0007679042000219166> .

VAN DIJK, Teun A. **Ideologia**: uma aproximação multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 2006.

VAN DIJK, Teun A. Ideologia. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v.50, n. esp. (supl.), p. s53-s61, dez. 2015.

VIZEU, Fábio. (Re)contando a Velha História: Reflexões sobre a Gênese do Management. **RAC**. Curitiba, v. 14, n. 5, art. 1, pp. 780-797, set./out. 2010a.

VIZEU, Fábio. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, n. 1, p. 36-46, jan./mar. 2010b.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O Sistema Mundial Moderno - II**. O mercantilismo e a consolidação da economia-mundo europeia, 1600-1750. Porto- Portugal: Edições Afrontamento, 1974.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. São Paulo: Centauro, 2006.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2009.



www.revistafenix.pro.br

RECEBIDO EM: 17/11/2022
PARECER DADO EM: 06/02/2023